



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Cenário nacional é de paralisação das demarcações de terras indígenas



Imagem: Carlos Penteado

Além de interromper as demarcações, o Executivo articula mudanças nos procedimentos que ameaçam os direitos conquistados pelos índios.

Os Kaxuyana, no norte do Pará, estão entre os povos indígenas que sofrem com o atual cenário de paralisação das demarcações. Juntamente com Kahyana, Hixkaryana, Tiriyo, Txikiyana, Tunayana, Xerew e Waiwai, os Kaxuyana aguardam há um ano pela publicação do relatório de identificação de seu território, tecnicamente aprovado desde abril de 2013.

A Terra Indígena Kaxuyana – Tunayana, situada no município de Oriximiná, abriga uma população de cerca de 500 índios, distribuídos em 15 aldeias. Desde o início dos anos 2000, os índios se articulam para conseguir a demarcação de suas terras. “Passaram-se mais de dez anos desde que três lideranças Kaxuyana – Juventino Pesirima, Mauro Mukaho e Valéria Paye – solicitaram que a Funai desse início ao processo de regularização fundiária”, explica a antropóloga Luisa Girardi do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

Transcorrida uma década, os índios seguem à espera da assinatura e publicação do relatório que identificou seu território. “Muito embora os estudos antropológicos estejam aprovados desde abril de 2013, o Ministério da Justiça tem protelado a publicação do relatório sem maiores justificativas”, complementa a antropóloga.

“ Passaram-se mais de dez anos desde que três lideranças Kaxuyana – Juventino Pesirima, Mauro Mukaho e Valéria Paye – solicitaram que a Funai desse início ao processo de regularização fundiária da TI Kaxuyana-Tunayana. ”

Luisa Girardi



Em outubro de 2013, com apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo e do Iepé, índios e quilombolas de Oriximiná lançaram uma **campanha conjunta** para acelerar os processos de regularização de suas terras que incluiu uma agenda de reuniões com diversos órgãos em Brasília.

Juventino Pesirima Kaxuyana, presidente da Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK) que participou das reuniões comenta como foram essas conversações “ano passado, em Brasília, várias pessoas falaram que fariam um grupo de trabalho entre os governos federal e do Pará”.

“ O governo, que está refém de uma poderosa bancada no Congresso, que alia ruralistas e evangélicos, sacrifica então o que lhe parece ter importância secundária. ”
Manuela Carneiro da Cunha

Lúcia Andrade, coordenadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo complementa “o que ouvimos de diferentes fontes governamentais é que o relatório da TI Kaxuyana - Tunayana não poderia ser publicado pela presidente da Funai por uma decisão da Casa Civil e do Ministério da Justiça. Que a ordem era consultar antes o governador do Pará”.

Cenário nacional - Esse tipo de determinação fere as atuais regras para demarcação das terras indígenas e atinge a autonomia da Funai. Contudo, isso não ocorre apenas no caso Kaxuyana, trata-se de um cenário mais amplo de paralisação dos processos de demarcação e sucessivas tentativas do Executivo e do Legislativo de alterar as atuais regras de regularização das terras indígenas.

“Estamos em um cenário de cobiça às terras que estão fora do mercado, as áreas de conservação e as terras indígenas. O governo, que está refém de uma poderosa bancada no Congresso, que alia ruralistas e evangélicos, sacrifica então o que lhe parece ter importância secundária. É uma questão de prioridades quando deveria ser uma questão de princípios”, avalia a antropóloga e professora titular aposentada da Universidade de São Paulo, Manuela Carneiro da Cunha.



O jurista Dalmo de Abreu Dallari tem opinião semelhante sobre o momento atual “Ninguém pode ter dúvida de que os direitos dos índios são direitos humanos. Infelizmente, ainda há muita resistência a efetivação desse direito. O que se tem visto é uma pressão muito forte, partida do agronegócio, no sentido de dificultar a sua efetivação. No Congresso têm sido apresentadas propostas que visam claramente à redução dos direitos indígenas, como transferir a competência da demarcação das terras indígenas para o Legislativo”.

No governo Dilma até o momento (abril de 2014), foram declaradas 9 terras indígenas e 11 foram homologadas. Na última gestão Lula (janeiro de 2007 a dezembro de 2010) foram declaradas 51 terras indígenas e homologadas 21. Em agosto do ano passado, balanço divulgado pela própria Funai em reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) indicava a existência de 7 processos de demarcação de terras indígenas no aguardo da portaria declaratória do Ministro da Justiça e outros 14 na espera da homologação pela presidenta Dilma Rousseff, conforme noticiado pelo **Instituto Socioambiental**.

“De 1 a 10, o governo Dilma é nota 3. O governo está muito a desejar na demarcação, em todas as regiões falta

esta garantia. Os três poderes não se entendem, criam PECs, Portarias, isso vai trazer mais conflito na demarcação de terra, cria um embate entre o direito originário e os projetos de desenvolvimento. Podiam ter uma visão mais abrangente, tem de haver equilíbrio, os índios não são contra o desenvolvimento”, avalia Timóteo Werá, liderança Guarani que integra a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste.

Risco de retrocesso - O governo segura o andamento dos processos de demarcação enquanto articula a mudança nos procedimentos por meio da regulamentação do Decreto 1.775 de 1996 que estabelece as normas atuais.

Uma minuta da portaria chegou a ser apresentada pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em novembro de 2013 durante reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, que foi duramente criticada por organizações indígenas e indigenistas.

Atualmente, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) promove **campanha de adesão** a Parecer contra tal minuta elaborado por organizações indígenas e indigenistas. A Comissão Pró-Índio está entre as organizações que apoiam o **documento** que evidencia que a proposta do Ministério da Justiça afronta diversos princípios constitucionais e cria dificuldades insuperáveis e desnecessárias aos procedimentos de demarcação.

“ De 1 a 10, o governo
Dilma é nota 3.
O governo está muito a
desejar na demarcação ”
Timóteo Werá

“Existem setores do Governo Federal que não assumem plenamente a sua função. A demarcação é uma obrigação prevista na Constituição.”
Dalmo de Abreu Dallari



Segundo Dallari, é preciso que o Executivo cumpra o seu papel, sem concessão ao agronegócio. “Por tudo o que tem acontecido, pelas propostas e pelas dificuldades no sentido de intensificar a demarcação, eu tenho a impressão de que existem setores do Governo Federal que não assumem plenamente a sua função. A demarcação é uma obrigação prevista na Constituição” opina o jurista.

Direitos quilombolas também sob risco - Lúcia Andrade, da Comissão Pró-Índio alerta que essa postura do governo é muito semelhante a adotada com relação às terras quilombolas. “Em 2008, houve a alteração dos procedimentos para titulação, por meio de uma instrução normativa do Inbra, que tornou o processo mais burocratizado e demorado”.

“E, mais recentemente, ocorreu a decisão de transferir a decisão da aprovação do relatório de identificação dos limites do território quilombola das superintendências do Inbra para a presidência do órgão para uma análise em base de parâmetros políticos. Essa medida não formalizada, mas adotada na prática, vai contra as normas vigentes do próprio Inbra. À semelhança do que ocorre no caso Kaxuyana, os quilombolas de Oriximiná aguardam desde abril de 2013 que a Presidência do Inbra autorize a publicação do relatório de identificação de suas terras

já aprovado pela equipe técnica da Superintendência do Inbra em Santarém”, complementa Lúcia.

O resultado é um número ínfimo de titulações de terras quilombolas. No governo Lula somente 12 terras e no governo Dilma 4 terras apenas parcialmente tituladas.

A assessoria de comunicação da Funai em Brasília não retornou aos pedidos de entrevista sobre a questão.



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

texto	Mônica Ribeiro e Ribeiro
edição	Bianca Pyl
projeto gráfico	Irmãs de Criação

A CPI-SP conta com o apoio de DKA-Áustria,
Christian Aid, Size of Wales e ICCO.

www.cpis.org.br

ACOMPANHE A PRÓ-ÍNDIO   